

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO – LINHA DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA EM
ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS**

VANESSA RODRIGUES PERUCHI

**ANÁLISE DE INVESTIMENTOS: AVALIAÇÃO DAS OPÇÕES DE APLICAÇÃO EM
TÍTULOS PRIVADOS NO MERCADO FINANCEIRO**

**CRICIÚMA
2018**

VANESSA RODRIGUES PERUCHI

**ANÁLISE DE INVESTIMENTOS: AVALIAÇÃO DAS OPÇÕES DE APLICAÇÃO EM
TÍTULOS PRIVADOS NO MERCADO FINANCEIRO**

Monografia apresentada para obtenção do grau de Bacharel em Administração, no Curso de Administração de empresas da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Orientador: Prof. Msc. Abel Corrêa de Souza

CRICIÚMA

2018

VANESSA RODRIGUES PERUCHI

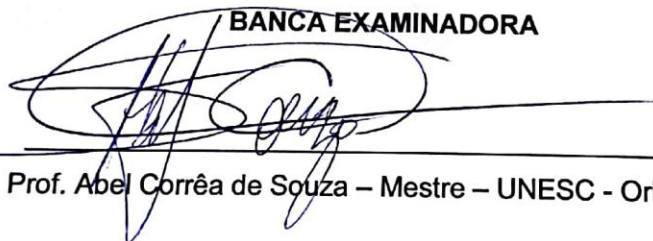
**ANÁLISE DE INVESTIMENTOS: AVALIAÇÃO DAS OPÇÕES DE APLICAÇÃO EM
TÍTULOS PRIVADOS NO MERCADO FINANCEIRO**

Monografia apresentada para a obtenção do grau de Bacharel em Administração, no Curso de Administração - Linha de Formação Específica em Empresas da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Orientador: Prof. Msc. Abel Corrêa de Souza

Criciúma, 06 de Dezembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Abel Corrêa de Souza – Mestre – UNESC - Orientador



Prof. Andriago Rodrigues – Mestre – (UNESC)



Prof. Marcelo Milioli Bristot – Especialista – (UNESC)

CRICIÚMA

2018

RESUMO

VANESSA RODRIGUES PERUCHI. **Análise de investimentos: avaliação das opções de aplicação em títulos privados no mercado financeiro.** 2018. 42 páginas. Monografia do Curso de Administração – Linha de Formação Específica em Administração de Empresas, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Na época atual, uma das coisas que as pessoas mais dão valor é o dinheiro. Por isso, se faz necessário a busca de informações para que se possa encontrar a melhor forma de aplicar o seu dinheiro. O mercado financeiro de investimentos nos disponibiliza diversas informações referentes as aplicações que estão disponíveis para investir, apresentando cada tipo de aplicação, conforme suas características, seus possíveis rendimentos de acordo com o prazo em que se aplica. Desta forma, é necessário que o investidor busque todas as informações que serão relevantes na hora de aplicar, pois podem existir riscos, diante dos riscos podem haver perdas, e é evidente que ninguém quer perder dinheiro, mas sim, aumentar ainda mais o seu patrimônio. Diante disso, a pesquisa buscou trazer estas informações através da elaboração de uma simulação para verificar quais possivelmente estariam trazendo ao investidor uma rentabilidade mais atrativa. As aplicações analisadas foram: Poupança, CDB e LCI/LCA. Após feita a análise, constatou que a longo prazo, o investimento com mais rendimento foi a LCI/LCA, em segundo lugar a Poupança, e o menos atrativo foi o CDB. Assim, o presente estudo buscou trazer conhecimento acerca destas aplicações, para que o leitor pudesse entender melhor como funciona o nosso mercado financeiro de investimentos.

Palavras-chave: Mercado Financeiro. Investimentos. Rendimentos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Estrutura do SFN

Figura 02 – As variáveis utilizadas no processo de tomada de decisão do Copom

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Classificação das Instituições Financeiras Bancárias

Quadro 02 – Classificação das Instituições Financeiras não Bancárias

Quadro 03 – Índices e Indexadores

Quadro 04 – Opções de aplicações do Tesouro Direto

Quadro 05 – Tributação

Quadro 06 – Tipos de Riscos

Quadro 07 – Plano de coleta de dados documentais

Quadro 08 – Simulação de aplicação: R\$1.000.000,00 (Um milhão de reais)

Quadro 09 – Simulação de aplicação: R\$10.000,00 (Dez mil reais)

Quadro 10 – Simulação de aplicação: R\$100.000,00 (Cem mil reais)

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Tabela de Análise do Perfil Investidor

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN	Banco Central do Brasil
CDB	Certificado de Depósito Bancário
CDI	Certificado de Depósito Interbancário
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNPC	Conselho Nacional da Previdência Complementar
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
FGC	Fundo Garantidor de Crédito
IGP	Índice Geral de Preços
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado
INCC	Índice Nacional da Construção Civil
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
IPA	Índice de Preços no Atacado
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IR	Imposto de Renda
LCA	Letras de Crédito do Agronegócio
LCI	Letras de Crédito Imobiliário
LFT	Letras Financeiras do Tesouro
LTN	Letras do Tesouro Nacional
MP	Medidas Provisórias
SFN	Sistema Financeiro Nacional
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo
TR	Taxa Referencial

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA	11
1.2 OBJETIVOS	12
1.2.1 Objetivo geral	12
1.2.2 Objetivos específicos	12
1.3 JUSTIFICATIVA	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	14
2.1.2 Órgãos Normativos	15
2.1.2.1 Conselho Monetário Nacional – CMN	15
2.1.2.2 Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP	16
2.1.2.3 Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC	16
2.1.3 Órgãos Supervisores	16
2.1.3.1 Banco Central do Brasil – BACEN	17
2.1.3.2 Comissão de Valores Mobiliários (CVM)	17
2.1.4 Órgãos Operadores	18
2.1.4.1 Instituições Financeiras Bancárias	18
2.1.4.2 Instituições Financeiras Não Bancárias.....	19
2.2 COPOM.....	21
2.3 SELIC	22
2.4 TR	22
2.5 TJLP	22
2.5 ÍNDICES E INDEXADORES	23
2.6 FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITO – FGC	24
2.7 OPÇÕES DE INVESTIMENTOS	24
2.7.1 Poupança	25
2.7.2 CDB	26
2.7.3 LCI/LCA	27
2.7.4 Tesouro Direto	27
2.8 IMPOSTO DE RENDA E IOF SOBRE OS INVESTIMENTOS	28
2.9 ANÁLISE DO PERFIL INVESTIDOR – API.....	28
2.9.1 Perfil Conservador	29
2.9.2 Perfil Moderado	29
2.9.3 Perfil Arrojado	29
2.10 RISCOS.....	30
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	32
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	32
3.2 DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO ALVO	33
3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS	34
3.4 PLANO DE ANÁLISE DE DADOS	34
4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA	35
4.1 RESULTADOS DA PESQUISA.....	35
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	41

1 INTRODUÇÃO

O mercado financeiro nos dispõe diariamente de múltiplas opções de investimentos que são excelentes para obter grandes retornos em suas aplicações, onde possa atingir objetivos que variam de curto, médio ou longo prazo, ou seja, de acordo com o objetivo individual de cada perfil.

Ferreira (2006), afirma que poupar é bom para a conquista de riquezas, porém investir é melhor ainda pois seu crescimento é acelerado, por isso devemos estar atentos as oportunidades que surgem no dia a dia e fazer uma análise de qual a melhor opção a se fazer.

O planejamento não diz respeito às decisões futuras, mas às implicações futuras de decisões presente. (DRUKER, 1962, p.131), diante de tal afirmação, podemos concluir que é necessário saber principalmente o montante que se tem disponível para investir, definir os objetivos, riscos, o retorno que se espera, e o tempo que o dinheiro poderá ficar parado na aplicação.

A disposição de investir seu dinheiro está atrelada ao nível de risco que está disposto a assumir, frente ao retorno esperado. (LIMA, 2004). Por isso, todas as informações sobre aplicações devem ser consideradas, pois todos esperam grandes rentabilidades, mas nem sempre os investidores estão dispostos a correr riscos.

Os principais títulos privados disponíveis no mercado financeiro são, CDB, LCI, LCA, CRI, CRA, Debêntures e entre outros. Estes tipos de investimentos possuem características individuais, que variam de valor mínimo para aplicação, tempo determinado para resgate, e os possíveis riscos dentro de cada investimento.

Por isso, se faz necessário buscar todas as informações que são relevantes e analisá-las individualmente para que possa entender se está de acordo com as suas expectativas de retorno, ou seja, aquela em que atende o seu perfil.

O trabalho possui as seguintes estruturas: o primeiro capítulo é composto pela situação problema, objetivo geral e os objetivos específicos. Em seguida, no segundo capítulo foi elaborado a fundamentação teórica, buscando conceitos sobre investimentos e suas principais características. Os procedimentos metodológicos se encontram no terceiro capítulo. No quarto capítulo foi desenvolvido a análise para que se pudesse responder a pergunta desta monografia. E por fim, o capítulo cinco compõe as considerações finais de acordo com a análise elaborada.

Diante disso, esta monografia possui como objetivo principal, efetuar o levantamento acerca das informações mais relevantes na hora de realizar uma aplicação, buscando analisar também os seus possíveis rendimentos, para que possa contribuir para quem se interessar a começar a investir no mercado financeiro.

1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA

Grande parte das pessoas acabam deixando de investir no mercado financeiro pela falta de conhecimento, e com isso, acabam aplicando seu capital apenas na poupança, na qual não é a opção mais indicada se for relacionada aos seus rendimentos.

“A Caderneta de Poupança é o tipo de investimento considerado o mais tradicional e seguro. Permite que investidores mais conservadores apliquem seus recursos sem correrem grandes riscos, embora eles existam.” (COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, 2014, p. 89).

Nos últimos anos, a baixa rentabilidade da poupança, tornou cada vez mais comum que investidores busquem melhores opções de títulos. Algumas das opções em títulos privados para pessoa física conforme citado na introdução, são principalmente: CDB, CDI, LH, LCIs e LCAs. Estas, são algumas das opções mais utilizadas para quem busca maiores retornos e menos disposição em correr riscos.

Um dos fatores determinantes na hora da realização de um investimento, é identificar qual das opções melhor atende o seu perfil, isto é, aquela que de alguma forma irá atender às suas expectativas de retorno, entre as diversas alternativas de aplicações. Este perfil é associado a política de investimentos dos fundos, onde o investidor identifica a sua intenção relacionada ao futuro investimento. (TOSCANO JUNIOR, 2004)

Quanto a análise do perfil do investidor, este já estará de acordo com as políticas do fundo, ou seja, já estará ciente de que irá correr riscos e identificará o quanto está disposto a isso. O risco está presente em qualquer tipo de investimento. Por isso, é de suma importância que sejam identificadas as razões do qual são originados para que possam ser analisados de forma em que sejam associados em cada perfil de investidor. (DUARTE JUNIOR, 2005)

De acordo com a necessidade e a disponibilidade individual de cada perfil investidor e a disponibilidade em correr riscos, o presente trabalho busca responder a seguinte pergunta: **Quais são as opções de investimentos em títulos privados disponíveis no mercado financeiro para o segmento de pessoa física que possuem o melhor rendimento atualmente?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Identificar as opções de investimento em títulos privados disponíveis no mercado financeiro para o segmento de pessoa física com os melhores rendimentos.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Realizar um levantamento dos tipos de investimentos disponíveis no mercado financeiro para pessoa física;
- b) Caracterizar os perfis de investidores;
- c) Apresentar os possíveis riscos nos investimentos;
- d) Efetuar uma análise dos possíveis rendimentos dos investimentos apresentados.

1.3 JUSTIFICATIVA

Diante do cenário atual em que se encontra a economia do país, acaba se tornando necessário a prática da economia dos gastos pessoais, controlando o orçamento para que não haja despesas desnecessárias e que possam prejudicar futuramente, pois as alta e baixa dos preços estão cada vez mais ociosas, tornando-se essencial economizar dinheiro.

Poupar é diferente de investir. Para poupar você precisa se planejar em analisar as despesas e o que irá sobrar para guardar. Investir, é utilizar o dinheiro que está sendo guardando para atingir uma rentabilidade maior.

O dinheiro que não é poupado e tampouco investido, pode nos faltar quando necessário, e ter uma margem de segurança financeira pode ser a solução em uma ocasião de dificuldades.

Além disso, há muitas pessoas que não possuem conhecimento acerca dos investimentos disponíveis no mercado financeiro, desta forma se faz necessário coletar as informações acerca das alternativas disponíveis, pois nem sempre a famosa poupança é a melhor opção existente atualmente, e entender como funciona, seus riscos e seus possíveis rendimentos, trarão uma confiança maior na hora de pensar em investir.

Diante disso, ressalta-se a importância de entender o mercado financeiro e as opções que estão disponíveis para investir.

Este trabalho buscará esclarecer algumas dúvidas e características sobre as opções de aplicações em títulos privados disponíveis no mercado financeiro, seus possíveis riscos e rendimentos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo abrange a fundamentação teórica em relação ao tema, e buscará esclarecer o assunto, trazendo diversos autores que concentraram seus estudos sobre o tema desta monografia.

2.1 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Para que se faça entender melhor o mercado financeiro do Brasil, é necessário que se tenha o conhecimento de algumas informações primordiais. E para isso, este primeiro capítulo trará alguns dados sobre o Sistema Financeiro Nacional – SFN.

Segundo Fortuna (2002, p. 15) o mercado financeiro pode ser definido como “um conjunto de instituições que se dedicam, de alguma forma, ao trabalho de propiciar condições satisfatórias para a manutenção de um fluxo de recursos entre poupadores e investidores”.

Outra definição vem de Assaf Neto (2001), onde o Sistema Financeiro Nacional é composto por um conjunto de instituições financeiras e órgãos financeiros, que tem por objetivo captar recursos, e transferir valores entre os agentes econômicos.

Desta forma, o SFN é dividido em três órgãos: normativos, supervisores e operadores. Onde os órgãos normativos são ligados as regras gerais do Sistema Financeiro Nacional, os supervisores têm a função de controlar os integrantes para que sigam as regras estabelecidas, e os operadores são instituições que lidam diretamente com o público, no papel de intermediário financeiro. (BCB, 2018)

Lagioia (2011, p. 55) também faz uma avaliação destes três órgãos que estão compostos no SFN:

[...] o segmento normativo tem a função de elaborar as normas do SFN, sendo composto por três grandes Conselhos: o Conselho Monetário Nacional (CMN), o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC). O segmento supervisor tem a função de fiscalizar e controlar as normas que foram elaboradas pelas autoridades monetárias. Esse segmento é composto pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários, pela Superintendência de Seguros Privados e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar. O segmento operativo aplica essas normas e cria as condições operacionais para implementá-las. Esse segmento é

constituído pelas instituições financeiras públicas ou privadas que atuam no sistema financeiro.

Para entender melhor os conceitos trazidos das afirmações dos autores, a figura 1 nos traz a estrutura do Sistema Financeiro Nacional:

Figura 01 – Estrutura do SFN

	Moeda, crédito, capitais e câmbio		Seguros Privados	Previdência Fechada
Órgãos normativos	CMN Conselho Monetário Nacional		CSNP Conselho Nacional de Seguros Privados	CNPC Conselho Nacional de Previdência Complementar
Supervisores	BCB Banco Central do Brasil	CVM Comissão de Valores Mobiliários	SUSEP Superintendência de Seguros Privados	PREVIC Superintendência Nacional da Previdência Complementar
Operadores	Bancos e caixas econômicas	Administradoras de Consórcio	Seguradoras e Resseguradores	Entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão)
	Cooperativas de crédito	Corretoras e distribuidoras	Bolsa de mercadorias e futuros	Entidades abertas da previdência
	Instituições de pagamento	Demais instituições não bancárias	Sociedades de capitalização	

Fonte: Elaborado pela autora a partir de (BCB, 2018).

Diante das definições dos autores, pode-se completar que o conceito básico de sistema financeiro é um conjunto de instituições que operam na economia regulando, normalizando e intermediando na conciliação dos agentes superavitários e deficitários, de forma em que sejam criadas condições para facilitar a relação entre os que poupam e os que investem.

2.1.2 Órgãos Normativos

Nesta seção, serão apresentados os órgãos caracterizados como Órgãos Normativos, compostos no Sistema Financeiro Nacional.

2.1.2.1 Conselho Monetário Nacional – CMN

O Conselho Monetário Nacional – CMN é um órgão normativo, onde estabelece as diretrizes para o bom funcionamento do sistema financeiro nacional,

mas não desempenha atividades executivas. Atualmente é composto por somente três representantes: Ministro da Fazenda, seu presidente, Ministro do Planejamento e o Presidente do Banco Central. (ASSAF NETO, 2015)

Dentre suas atribuições, estão (BCB, 2018):

- a) adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia;
- b) regular o valor interno e externo da moeda e o equilíbrio do balanço de pagamentos;
- c) orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras;
- d) propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros;
- e) zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras;
- f) coordenar as políticas monetária, creditícia, orçamentária e da dívida pública interna e externa.

2.1.2.2 Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP

Conforme Assaf Neto (2015), o Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP possui o objetivo de fixar diretrizes e estabelecer normas da política dos seguros privados no Brasil. É conhecido por ser o órgão máximo no segmento de seguros, onde fiscaliza e controla o funcionamento das sociedades seguradoras e dos corretores de seguro.

2.1.2.3 Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC

O Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, possui as competências de regular, normatizar e coordenar as atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Fundos de Pensão). (ASSAF NETO, 2015)

2.1.3 Órgãos Supervisores

Nesta seção, serão apresentados os órgãos caracterizados como Órgãos Supervisores, compostos no Sistema Financeiro Nacional.

2.1.3.1 Banco Central do Brasil – BACEN

O Banco Central do Brasil – BACEN, é uma entidade criada de acordo com a Lei 4595, de 31 de Dezembro de 1964, onde é o principal executor das orientações do CMN – Conselho Monetário Nacional, onde atua na regulação da quantidade moeda na economia, permitindo a estabilidade dos preços, e também regula e supervisiona as instituições financeiras. (BCB, 2018)

Assaf Neto (2015), afirma que o Banco Central é o principal poder executivo do CMN – Conselho Monetário Nacional, e é um órgão Fiscalizador do SFN – Sistema Financeiro Nacional. Alguns de seus objetivos são garantir poder executivo da moeda nacional, promover a formação de poupança na economia e garantir a preservação das reservas internacionais.

Dentre as suas principais atribuições, também estão:

- a) Emitir papel-moeda e moeda metálica;
- b) Executar os serviços do meio circulante;
- c) Receber recolhimentos compulsórios e voluntários das instituições financeiras;
- d) Realizar operações de redesconto e empréstimo às instituições financeiras;
- e) Regular a execução dos serviços de compensação de cheques e outros papéis;
- f) Efetuar operações de compra e venda de títulos públicos federais;
- g) Exercer o controle de crédito;
- h) Exercer a fiscalização das instituições financeiras;
- i) Autorizar o funcionamento das instituições financeiras;
- j) Estabelecer as condições para o exercício de quaisquer cargos de direção nas instituições financeiras;
- k) Vigiar a interferência de outras empresas nos mercados financeiros e de capitais
- l) Controlar o fluxo de capitais estrangeiros no país.

É por meio do Banco Central que o Estado consegue intervir diretamente no sistema financeiro, e indiretamente, intervém na economia. (FORTUNA, 2014)

2.1.3.2 Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

De acordo com Fortuna (2006), a Comissão de Valores – CVM, foi estabelecida pela lei 6.385, em 07 de Dezembro de 1976, sendo conhecida publicamente pela lei da CVM, pois até tal data não havia uma entidade que absorvesse a regulação e a fiscalização do mercado de capitais, principalmente ao que se referia às sociedades de capital aberto.

A finalidade desta lei, é proteger o mercado de valores mobiliários e seus investidores, de forma em que ofereça segurança e também ao mesmo tempo, incentivando a capitalização das empresas com participação da sociedade, por meio de lançamento de ações. (TOLEDO FILHO, 2006)

De acordo com Fortuna (2006, p. 21) suas principais atribuições, são:

- a) A emissão e distribuição de valores mobiliários no mercado;
- b) A negociação e intermediação no mercado de valores mobiliários;
- c) A negociação e intermediação no mercado de derivativos;
- d) A organização, o funcionamento e as operações das Bolsas de Valores;
- e) A organização, o funcionamento e as operações das Bolsas de Mercadorias e Futuros;
- f) A administração de carteiras e a custódia de valores mobiliários.

Ainda conforme Fortuna (2006, p. 21) de acordo com a nova Lei, os valores mobiliários foram definidos como:

- a) As ações, debêntures e bônus de subscrição;
- b) Os cupons, direitos, recibos de subscrição e certificados de desdobramento relativos aos valores mobiliários;
- c) Os certificados de depósito e valores mobiliários;
- d) As cédulas de debêntures.

2.1.4 Órgãos Operadores

E por fim, nesta seção serão apresentados os órgãos caracterizados como Órgãos Operadores, compostos no Sistema Financeiro Nacional. Este subsistema é composto por instituições financeiras bancárias e não-bancárias.

2.1.4.1 Instituições Financeiras Bancárias

Operadores são as instituições que lidam diretamente com o público, no papel de intermediário financeiro. (BCB, 2018)

As instituições financeiras bancárias são divididas em: bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira comercial e cooperativas de crédito. (LAGIOIA, 2011)

O quadro 1 traz as definições de acordo com (LAGIOIA, 2011, p. 68)

Quadro 01 – Classificação das Instituições Financeiras Bancárias

INSTITUIÇÃO	CARACTERÍSTICAS
Bancos Comerciais	Os bancos comerciais são instituições financeiras privadas ou públicas que têm como objetivo principal proporcionar suprimento de recursos necessários para financiar, a curto e a médio prazo, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas físicas e terceiros em geral.
Bancos Múltiplos com carteira comercial	Criados em 1988 pela Resolução nº 1.524 do Bacen, os bancos múltiplos são bancos que podem operar simultaneamente com autorização do Banco Central, carteiras de banco comercial, de investimento, de crédito imobiliário, de crédito, financiamento e investimento, de arrendamento mercantil (leasing), de desenvolvimento, constituindo-se em uma só Instituição Financeira de Carteiras Múltiplas, com personalidade jurídica própria, com um único caixa e balanço, e que pode selecionar com o que deseja operar, dentre as modalidades referidas.
Cooperativas de crédito	As cooperativas de crédito observam, além da legislação e normas do sistema financeiro, a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a política nacional de cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas. Atuando tanto no setor rural quanto urbano, as cooperativas de crédito podem se originar da associação de funcionários de uma mesma empresa ou grupo de empresas, de profissionais de determinado segmento, de empresários ou mesmo adotar a livre admissão de associados em uma área determinada de atuação, sob certas condições.

Fonte: Lagioia (2011, p. 68)

São classificadas como instituições que possuem a capacidade de criação de moeda escritural, ou seja, instituições que captam depósitos à vista. (FORTUNA, 2015)

2.1.4.2 Instituições Financeiras Não Bancárias

São classificadas como instituições intermediam a moeda, ou seja, não capta depósitos à vista. (FORTUNA, 2015)

O quadro 2 traz as definições das instituições financeiras não bancárias:

Quadro 02 – Classificação das Instituições Financeiras não Bancárias

INSTITUIÇÃO	CARACTERÍSTICAS
Bancos de Investimento	São os grandes municiadores de créditos de médio e longo prazos no mercado, suprimindo os agentes carentes de recursos para investimento em capital de giro e capital fixo. Efetuam, principalmente, operações de maior escala, como repasses de recursos oficiais de crédito, repasses de recursos captados no exterior, operações de subscrição pública de valores mobiliários (ações e debêntures), <i>lease-back</i> , financiamento de bens de produção e profissionais autônomos e financiamento de operações de fusões e aquisições. Também podem desenvolver novos produtos financeiros.
Bancos de Desenvolvimento	Instituições públicas de âmbito estadual, que visam promover o desenvolvimento econômico e social da região onde atuam. Apoiam fortemente o setor privado da economia, por meio principalmente de operações de empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil, garantias, entre outras. Seu funcionamento depende da autorização do BACEN.
Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento	Mais conhecidas por financeiras, dedicam-se basicamente ao financiamento de bens duráveis às pessoas físicas (usuários finais) por meio do mecanismo denominado crédito direto ao consumidor – CDC. Podem também realizar repasses de recursos governamentais, financiar profissionais autônomos legalmente habilitados e conceder crédito pessoal. São classificadas como: independentes, ligadas a conglomerados financeiros, ligadas a grandes estabelecimentos comerciais ou ligadas a grandes grupos industriais.
Sociedades de Arrendamento Mercantil	Têm por objetivo a realização de operações de arrendamento mercantil (<i>leasing</i>) de bens nacionais, adquiridos de terceiros e destinados ao uso de empresas arrendatárias.
Sociedades de Crédito Imobiliário	Estão voltadas ao financiamento de operações imobiliárias, que envolvem a compra e a venda de bens imóveis. Prestam apoio financeiro também a outras operações do setor imobiliário, como vendas de loteamentos, incorporações de prédios etc. Costumam levantar recursos necessários por meio de letras imobiliárias e caderneta de poupança.
Associações de Poupança e Empréstimo	São instituições financeiras que atuam também na área habitacional, por meio de financiamentos imobiliários. Fazem parte do SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, e costumam atuar de forma restrita a determinada região. São constituídas sob a forma de sociedades civis sem fins lucrativos, sendo de propriedade comum de seus associados.

Fonte: Assaf Neto (2015, p. 52)

De forma resumida, as instituições financeiras não bancárias, como não captam depósitos à vista, fazem a captação de seus recursos através da emissão de títulos. (FORTUNA, 2015)

2.2 COPOM

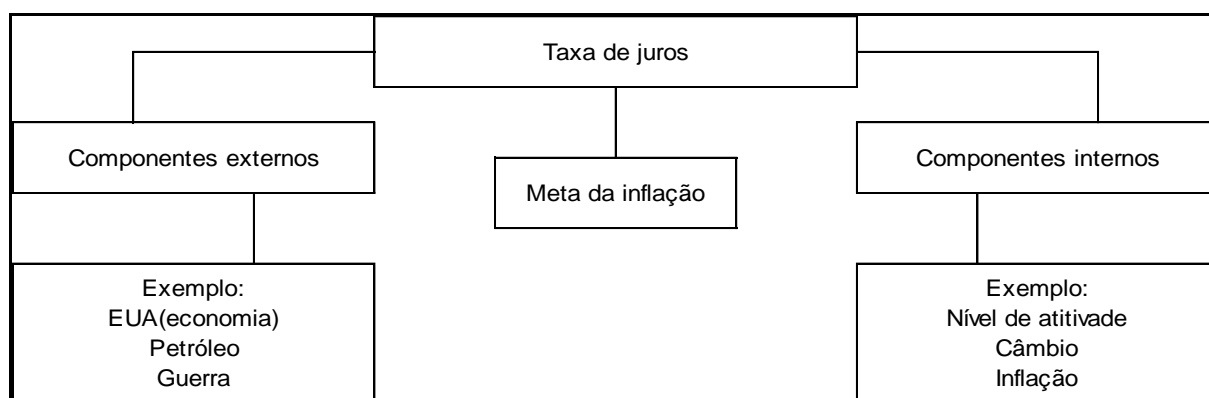
O Comitê de Política Monetária foi instituído em 20 de Junho de 1996, como uma parte de um processo de maior transparência e modernidade do Sistema Financeiro Nacional, criado com a implementação do Plano Real em 1994. (OLIVEIRA; PACHECO, 2006)

Conforme Assaf Neto (2015, p. 143) os objetivos básicos definidos pelo Copom são:

- a) Definir a meta da taxa Selic e eventual viés (a taxa fixada vigora por todo o período entre duas reuniões ordinárias do Copom);
- b) Estabelecer as diretrizes da política monetária;
- c) Analisar o comportamento da inflação.

A figura 2, mostra as variáveis utilizadas no processo de tomada de decisão de acordo com Oliveira e Pacheco (2006):

Figura 02 – As variáveis utilizadas no processo de tomada de decisão do Copom.



Fonte: Adaptado pela autora a partir de (OLIVEIRA; PACHECO 2006, p.38).

Atualmente, grande parte das autoridades monetárias em todo o mundo faz uso da prática similar, possibilitando a facilidade no processo de decisão, a transparência e a comunicação com o público como um todo. (BCB, 2018)

2.3 SELIC

A taxa Selic, representa o serviço administrado pelo BACEN – Banco Central do Brasil, atribuído a custodiar títulos públicos federais, estaduais e municipais, emitidos até 1992, bem como ao registro e à liquidação de operações destes títulos. (LAGIOIA, 2011)

Fortuna (2015, p. 142) define a taxa Selic em seu livro “Mercado Financeiro”:

É a principal taxa de referência do mercado, e que regula as operações diárias com títulos públicos federais no Sistema Especial de Liquidação e Custódia do BC, pois é a sua média diária que reajusta diariamente os preços unitários – PU – dos títulos públicos. Representa a taxa pela qual o BC compra e vende títulos públicos federais ao fazer sua política monetária no mercado aberto. É determinada nas reuniões periódicas do Copom. A taxa Selic remunera as operações por um dia útil, dos títulos públicos federais, embora as cotações sejam dadas em termos anuais.

Atualmente as operações com títulos públicos são efetuadas de forma eletrônica, e a liquidação financeira, é processada em tempo real, de acordo com o novo Sistema Brasileiro de Pagamentos – SBP. (ASSAF NETO, 2015)

A taxa Selic é definida de acordo com a oferta e procura pela liquidez nas operações do mercado aberto entre instituições financeiras e o BACEN, em que procura manter em um nível que seja compatível com a meta estabelecida pelo Copom. (OLIVEIRA; PACHECO, 2006)

2.4 TR

A Taxa Referencial foi criada em 1991, ficou conhecida por ser uma taxa básica de juros e pela substituição de indexadores existentes na economia brasileira. (OLIVEIRA; PACHECO, 2006)

Atualmente esta taxa é utilizada para calcular o rendimento da caderneta de poupança, e é divulgada diariamente pelo BACEN através de seus comunicados. (FORTUNA, 2015)

2.5 TJLP

A TJLP, foi criada pela Medida Provisória (MP) nº 684/94, em seguida foi alterada pelas MP nº 1.790 e MP nº 1.921/99. Sua utilização consiste em remunerar

empréstimos de longo prazo, possuindo um período de vigência de um trimestre-calendário. É fixada pelo CMN e tem sua divulgação definida no máximo no último dia válido do trimestre em seguida antecedente ao de sua vigência. (LAGIOIA, 2011)

2.5 ÍNDICES E INDEXADORES

A inflação pode ser entendida como uma mudança nos preços gerais da economia. Este processo também pode ocasionar a perda da capacidade de compra da moeda, reduzindo os poderes aquisitivos de agentes econômicos. (ASSAF NETO, 2015)

Índices da inflação são correspondentes à média das variações dos preços consumidos por famílias, entre as diversas faixas de renda em diferentes regiões brasileiras. (LAGIOIA, 2011)

Oliveira e Pacheco (2006, p. 92 a 95) nos traz as finalidades dos principais índices e indexadores existentes no mercado financeiro:

- a) **IPCA**: mede a inflação, abrangendo famílias com rendimento mensal na faixa de 1 a 40 salários mínimos;
- b) **INPC**: acompanha a oscilação dos preços de uma cesta teórica de produtos que seria comprada mensalmente por famílias com renda entre 1 e 8 salários mínimos;
- c) **IGP – DI**: visa medir a variação dos preços da economia, ponderando produção e consumo;
- d) **IGP – M**: visa medir a variação dos preços da economia, ponderando produção e consumo. Sua diferença entre o IGP – DI, é somente no período de apuração, onde no IGP – M considera o 21º dia do mês anterior e o 20º da dia do mês em referência;
- e) **IPC – FIPE**: mede a inflação das famílias paulistanas que possuam renda mensal entre 2 e 20 salários mínimos.

A seguir, o quadro 3 nos trará os principais índices e indexadores existentes no mercado financeiro bem como suas atribuições:

Quadro 03 – Índices e Indexadores

ÍNDICE DE PREÇOS	PRINCIPAIS APLICAÇÕES
------------------	-----------------------

IPCA	Mais relevante ao ponto de vista de política econômica, sendo o índice de preços selecionado pelo Conselho Monetário Nacional como referência para o sistema de metas de inflação, implementando no Brasil em 1999.
INPC	Mais utilizado em dissídios salariais, pois mede a variação de preços para quem está na faixa salarial de até 6 salários-mínimos.
IGP – DI	Bastante tradicional. Sua história remonta a 1944, e foi no passado a medida oficial de inflação no Brasil. Nos dias atuais, o índice é usado contratualmente para a correção de determinados preços administrados.
IGP – M	É o índice mais utilizado como indexador financeiro, principalmente para títulos de dívida pública federal. Também corrige preços administrados. Foi criado em 1989 pelo mercado financeiro com o intuito de ser um índice mais independente e livre da interferência governamental.
IPC – FIPE	Apesar de restrito ao município de São Paulo, tem peculiaridades metodológicas e de divulgação que reforçam sua importância.

Fonte: Assaf Neto (2015, p. 37)

Assaf Neto (2015), afirma que cada economia mensura sua inflação de acordo com um índice geral de preços, onde este acompanha a variação de preços de um certo grupo selecionado de bens e serviços (“cesta”). Desta forma, a taxa da inflação é definida como o percentual de aumento dos preços desta cesta, em certo período.

2.6 FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITO – FGC

De acordo com o site do Banco Central do Brasil, O FGC – Fundo Garantidor de Crédito é uma entidade privada onde faz a administração do mecanismo de proteção aos correntistas, poupadores e investidores. Permitindo a recuperação de depósitos ou créditos mantidos na instituição, em caso de falência ou liquidação, até determinado valor.

2.7 OPÇÕES DE INVESTIMENTOS

O mercado financeiro de investimentos nos traz diversas opções de investimentos, conforme suas regras. Este capítulo trará as características de algumas alternativas de investimentos para o estudo desta monografia.

2.7.1 Poupança

É considerada a forma mais popular e tradicional no mercado financeiro. Pelo fato de não haver valor mínimo para aplicar, é considerado um investimento destinado ao público de mais baixa renda. Parte destes investimentos são utilizados para gerar recursos ao segmento habitacional, em parte das instituições financeiras, já no Banco do Brasil é utilizado no segmento rural. (OLIVEIRA; PACHECO, 2006)

Neto (2015) traz algumas especificações sobre a forma de rendimento da poupança:

A caderneta de poupança tem uma " data de aniversário", que é o dia em que foi efetuado o depósito (aplicação). Os rendimentos são calculados mensalmente e creditados sempre nessa data ao aplicador. Caso haja retiradas antes da data de aniversário, a caderneta não paga nenhum rendimento sobre o dinheiro sacado. A remuneração é calculada sobre o menor saldo mantido no período. (NETO, 2015, p. 186)

Fortuna (2015), também considera a poupança como forma de aplicação mais tradicional entre as pessoas e também a mais simples, pelo fato de ter a opção de aplicar qualquer valor e ter liquidez, mesmo havendo perdas caso haja saques antes das datas de aniversário

Bruni (2010, p. 84) explica sobre a taxa utilizada para o rendimento da poupança:

A taxa referencial (TR) nasceu com o Plano Color II. Teve a intenção de ser uma taxa básica referencial dos juros a serem praticados no mês. É utilizada no cálculo do rendimento da Caderneta de Poupança, alguns títulos públicos e empréstimos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Sua base de cálculo é a Taxa Básica Financeira (TBF), resultante da média diária das taxas de juros praticadas nas operações de Certificados de Depósito Bancário (CDBs), e Recibos de Depósitos Bancários (RDBs), dos 30 maiores bancos. Para média final, excluem-se as duas maiores e as duas menores taxas.

De acordo com os autores, pode-se entender que a poupança é a forma de aplicação que traz menos riscos de perdas, e o investidor pode escolher o valor que deseja a aplicar sem ter valores mínimos, também podendo sacar valores a qualquer momento de acordo com a sua vontade.

2.7.2 CDB

O Certificado de Depósito Bancário (CDB), é um título de investimento que os bancos emitem para que eles possam se capitalizar, ou seja, você “empresta” um dinheiro ao banco, e ele devolve com uma remuneração em troca. Esta forma de investimento não está isenta do pagamento de imposto de renda, pois a instituição fica livre para aplicar os recursos da forma em que desejar. (FILHO, ISHIKAWA, 2003)

Oliveira e Pacheco trazem um conceito sobre CDB e também incluem definições de RBD:

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) e os Recibos de Depósito Bancário (RDB), também conhecidos como depósitos a prazo, são os mecanismos de captação de recursos mais utilizados pelos bancos comerciais e consistem numa promessa de pagamento dos recursos captados numa data pactuada, acrescidos de uma remuneração. Tais recursos, posteriormente, são aplicados pelos bancos, quando repassados aos agentes deficitários da economia na forma de empréstimos. (OLIVEIRA; PACHECO, 2006, p. 99)

CDBs e RDBs são similares, suas diferenças consistem em: CDB pode ser transferível, já o RBD não. (LIMA; LIMA; PIMENTEL, 2012)

Neto (2015) afirma que os CDBs são obrigações futuras de pagamento de um recurso que foi aplicado em uma instituição financeira, mediante a um depósito a prazo. Dessa forma, este capital é utilizado para financiar recursos para giro de empresas.

Ainda conforme Neto (2015, p. 96):

O CDB pode ser emitido com remuneração prefixada ou pós fixada. O título prefixado informa ao investidor, no momento da aplicação, quanto irá pagar em seu vencimento. A taxa de remuneração do título é estabelecida no ato da compra. Um CDB pós-fixado, ao contrário, tem seus rendimentos formados por um índice de preços de mercado (IGP-M, CDI, etc.) mais uma taxa real de juro pactuada no momento da aplicação. Sobre os rendimentos produzidos pelo CDB incide Imposto de Renda na Fonte (IRRF), sendo atualmente calculado segundo a tabela regressiva, devendo ser pago pelo investidor no resgate.

Diante das afirmações dos autores, pode-se entender de forma resumida que o CDB é você como investidor, conceder um empréstimo ao banco, e receber este dinheiro de volta com um rendimento atrelado.

2.7.3 LCI/LCA

Conforme Fortuna (2015), as LCAs e LCIs são capitalizadas de acordo com suas taxas de juros, que podem ser fixas ou flutuantes. E podem ser pagas em uma única vez ou em seu vencimento. As negociações das LCAs são feitas diretamente entre os investidores e os bancos.

A forma de remuneração das LCIs podem ser feitas com taxas prefixadas ou pós-fixadas. Tendo como indexadores a taxa DI, Selic, ANBID, TBF ou TJPL. (OLIVEIRA; PACHECO, 2006)

2.7.4 Tesouro Direto

O setor público, possui constantemente a necessidade da busca de financiamento no mercado financeiro. Desta forma, os títulos públicos federais, emitidos pelo Tesouro Nacional, possuem a finalidade de executar a política fiscal, o financiamento dos déficits fiscais, ou a antecipação de receitas orçamentárias. (LIMA; LIMA; PIMENTEL, 2012)

O quadro 4 trará as opções de títulos disponíveis do mercado de acordo com seus indexadores:

Quadro 04 – Opções de aplicações do Tesouro Direto

TÍTULOS	CARACTERÍSTICAS
Letras do Tesouro Nacional – LTN	Títulos de remuneração prefixada, negociados com deságio sobre o valor nominal de vencimento.
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	Títulos de remuneração pós-fixadas, negociados com ágio ou deságio sobre o valor nominal de vencimento.
Notas do Tesouro Nacional – série B	Títulos de remuneração indexadas ao IPCA.
Notas do Tesouro Nacional – série C	Títulos de remuneração indexadas ao IGP-M.
Notas do Tesouro Nacional – série D	Títulos de remuneração indexadas ao Dólar.

Fonte: Oliveira e Pacheco (2006, p. 128)

Assaf Neto (2015), declara que estes títulos possuem os seguintes rendimentos: pós-fixados, prefixados ou indexados ao dólar. E podem ser adquiridos por leilões promovidos pelo Banco Central, por meio de instituições financeiras no mercado primário, e posteriormente no mercado secundário, para outras instituições financeiras ou não financeiras.

2.8 IMPOSTO DE RENDA E IOF SOBRE OS INVESTIMENTOS

Conforme caracterizados os tipos de investimentos no capítulo anterior, este capítulo trará as informações sobre tributação e rendimentos sobre as aplicações que serão analisadas nos resultados desta monografia.

Os investidores estão acostumados a pagar os impostos sobre seus ganhos e sobre a remuneração recebida sobre suas aplicações no mercado financeiro. Sobretudo, há alguns investimentos que possuem alíquota zero, ou são isentos do pagamento do imposto, se for pessoa física. (ANBIMA, 2018)

No CDB e aplicações no Tesouro Direto, a tributação é feita da seguinte forma:

Quadro 05 – Tributação

Prazo de aplicação	Alíquota
Inferior a 6 meses	22,5%
Superior a 6 meses e inferior a 12 meses	20%
Superior a 12 meses e inferior a 24 meses	17,5%
Superior a 24 meses	15%

Fonte: Cavalcante, Misumi e Rudge (2009, p. 291)

Na caderneta de poupança não há incidência de IR nem IOF sobre seus rendimentos. (FORTUNA, 2015)

2.9 ANÁLISE DO PERFIL INVESTIDOR – API

Atualmente no mercado financeiro de investimentos, existem três tipos de perfis investidores: conservador, moderado, arrojado. Onde por meio do questionário API – Análise do Perfil Investidor, realizado no momento da aplicação, pode-se identificar o perfil em que o investidor será indicado.

Neste questionário, o investidor responde às perguntas relacionadas a horizonte de investimento, tolerância aos riscos, objetivos do investimentos, renda mensal e patrimônio, frequência e volume das aplicações feitas, formação acadêmica, necessidade futura da utilização dos recursos aplicados e por fim, experiência com o mercado financeiro. (BANCO DO BRASIL, 2018)

2.9.1 Perfil Conservador

O perfil conservador, prioriza sua segurança como decisão em suas aplicações, o indicado é aplicar a maior parte de seu patrimônio em produtos de baixo risco, mas também para tentar obter ganhos maiores, aplicar uma pequena parte em produtos com riscos diferenciados, para que se obtenha estes ganhos em longo prazo. (BANCO DO BRASIL, 2018)

2.9.2 Perfil Moderado

Este perfil de investidor por sua vez quer proteger sua segurança diante as suas aplicações, porém também aceita diversificar fazendo aplicações em outros produtos de investimentos mesmo que tenham um risco maior, desde que possam proporcionar melhores ganhos em longo prazo. (BANCO DO BRASIL, 2018)

2.9.3 Perfil Arrojado

Por fim, o perfil arrojado ou agressivo, busca possibilidades de ganhos a longo prazo, e está mais disposto a correr riscos. Para proteger seu patrimônio e evitar grandes perdas, o indicado é aplicar parte dos seus investimentos em produtos de baixo risco para diversificação. (BANCO DO BRASIL, 2018)

O quadro 5 mostra de forma resumida, os tipos de perfis de investidores de acordo com suas escolhas:

Quadro 05 – Tabela de Análise do Perfil Investidor

	Conservador	Moderado	Arrojado
Objetivo	Preservação de Capital	Disposto a algum risco em busca de melhores retornos no médio prazo	Dispostos a riscos maiores em busca de retornos diferenciados no longo prazo
Tolerância ao Risco	Baixa	Média	Alta
Prazo de Investimento	Curto	Médio	Longo
Nível de Conhecimento/Experiência	Mínimo	Médio	Máximo

Fonte: Elaborado pela autora a partir de <http://www.edufin.com.br/edutrader/2013/06/24/qual-e-o-seu-perfil-de-investidor/>

2.10 RISCOS

Para que seja tomada uma decisão e um tipo de investimento seja escolhido para aplicar, é necessário entender que toda aplicação financeira possui algum risco. E para reduzi-los, é necessário informar-se na instituição financeira sobre o tipo de aplicação. Este capítulo trará as definições e os tipos de riscos existentes nas aplicações financeiras.

Conforme Gropelli e Nikbakth (2005), risco é a incerteza dos rendimentos futuros em um investimento. Quanto mais volátil, é esperado que seu retorno também seja maior, então, os investimentos de curto prazo são associados a retornos menores por possuir uma volatilidade menor.

O quadro 6, nos traz uma definição dos cinco riscos presentes no mercado financeiro, de acordo com Oliveira e Pacheco (2006, p. 254):

Quadro 06 – Tipos de Riscos

TIPOS DE RISCOS	CARACTERÍSTICAS
Risco Operacional	Está relacionado a possíveis perdas ocasionadas por falhas em sistemas corporativos, problemas com equipamentos ou falhas humanas, tanto na execução quanto no gerenciamento e controle das operações.
Riscos Legal	Está relacionado a contratos mal formulados, documentações inadequadas ou, então, ao descumprimento da legislação vigente.
Riscos de Liquidez	Quando um ativo é muito negociado, diz-se que se trata de um ativo líquido. Desta forma, este risco está relacionado à dificuldade de comprar ou vender um ativo em função da pequena quantidade de negócios realizados com ele.
Riscos de Crédito	Pode ser definido com a probabilidade de os títulos adquiridos pelo investidor não serem honrados na data de vencimento, ou seja, que os títulos não sejam pagos até na data ou nas condições acordadas.
Riscos de Mercado	Representa a incerteza em relação ao comportamento dos preços dos ativos em função de oscilações de variáveis como taxa de juros, câmbio, preço das ações, dentre outras.

Fonte: Oliveira e Pacheco (2006, p. 254)

De forma resumida, pode-se concluir que o risco de mercado é deduzido de acordo com a flutuação nos preços, o risco de crédito é gerado pela dificuldade

em honrar pagamentos, risco de liquidez é a dificuldade de vender por um preço justo, riscos operacionais são associados a falhas humanas e sistêmicas, e o risco legal é quando está em descumprimento das leis em vigor.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia científica surgiu desde o instante em que o homem percebeu a necessidade de averiguar um pouco mais sobre o que ocorre no mundo exterior, na natureza e na cultura (ANDRADE, 2001). Andrade (2001, p. 129) ainda afirma que: “metodologia é o conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento”.

O termo metodologia é usado como forma de citação a uma disciplina, com a intenção de especificar o estudo dos métodos, e ainda os métodos aplicados em uma dada ciência. Pode-se referir que a metodologia tem o fim de aperfeiçoar os padrões e os sistemas usados na pesquisa. Já o método é o aspecto que estabelece o roteiro para chegar ao fim ou objetivo desejado (MARTINS; THEÓFILO, 2009).

Desta maneira, obter um método de estudo provirá na efetividade e na agilidade de capacitar-se. O método científico auxilia durante o processo de verificação para as devidas tomadas de decisões na busca de conhecer. Ajuda também na evolução intelectual do pesquisador, ocasionando assim que o mesmo dirija um estudo com diversos elementos, entre eles observar, refletir, e agir de modo instrutivo em todo e qualquer espaço da preocupação humana (BARROS; LEHFELD, 1986).

Magalhães (2005, p. 152) deduz então que a metodologia é “mais do que apenas um refinamento daquilo que o senso comum já oferece para se investigar o mundo. Há diversas metodologias que rivalizam entre si para explicar por que tal ou qual teoria têm mais sucesso ou falham”.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

De acordo com Oliveira (1999) a pesquisa qualitativa caracteriza-se pela apresentação das informações por meio da definição de fatos de acordo com a análise de determinado fenômeno ou situação.

Para que uma pesquisa se enquadre como qualitativa ela deve conter minuciosamente o estudo de diversos autores de acordo com o assunto abordado, com o objetivo que ocorra correlações diante da pesquisa, evoluindo o conteúdo do estudo e enfim determinar as considerações finais (OLIVEIRA, 1999).

Desta forma, a pesquisa se definiu como qualitativa pois de acordo com as afirmações de diversos autores, a pesquisadora pôde obter as informações para que seja feito a análise dos dados.

A pesquisadora utilizou como fim de investigação, a pesquisa exploratória, de acordo com Cervo e Silva (2006), a pesquisa exploratória é composta por critérios, metodologias e processos para que se possa elaborar uma análise, obtendo informações sobre o objeto em estudo para formular teorias.

Quanto aos meios de investigação, a pesquisadora utilizou a pesquisa bibliográfica e um estudo de caso, para que pudesse ser feito uma análise mais completa dos dados.

Toda pesquisa possui como princípio a pesquisa bibliográfica, com base nela pode ser realizado um estudo e uma investigação mais ampla, pois terá como base teórica a experiência e pensamento de outros autores exibidas por meio de bibliografias (MARTINS, 2004).

De acordo com Vianna (2001), a pesquisa bibliográfica efetua uma pesquisa de materiais relativos ao conteúdo do estudo, estes materiais auxiliam na explicação de suas variáveis, causas, e relações. Ela procura por diversos conceitos acerca de um determinado tema em várias obras, sejam elas: jornais, obras literárias, revistas e etc. Quanto mais possibilidades e opiniões diferentes, melhor para escolher uma definição sobre o tema.

Em termos de coleta de dados, pode se afirmar que o estudo de caso é a forma mais completa para se delinear uma pesquisa, pois utiliza as duas fontes de dados, que podem ser de pessoas ou livros. (GIL, 2002)

A pesquisadora fez o uso de diversos livros para entender sobre os diversos tipos de investimentos, de acordo com suas características, para que se pudesse efetuar o estudo de caso com uma análise das opções com os melhores rendimentos.

3.2 DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO--ALVO

A pesquisa foi realizada em uma agência bancária no município de Içara, Estado de Santa Catarina, onde foi realizado algumas simulações com diferentes prazos e valores de aplicação, verificando a melhor opção de aplicação financeira.

3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS

Dados primários, são os dados coletados pela primeira vez, onde se tem por objetivo atingir os objetivos da pesquisa, já os dados secundários já foram coletados, tabulados e também analisados e estão à disposição dos interessados. (MATTAR, 2001)

Os dados coletados para o estudo desta monografia foram de fontes primárias e secundárias.

Os dados secundários foram coletados através de uma visita à uma agência bancária no município de Içara – SC, onde a pesquisadora pode ter acesso às informações sobre os investimentos e seus rendimentos de acordo com os prazos simulados.

Os dados primários foram elaborados pela própria pesquisadora através da análise das informações recolhidas nos dados secundários.

A pesquisadora utilizou como técnica de coleta de dados, os dados documentais onde está sintetizado no quadro a seguir:

Quadro 07- Plano de coleta de dados documentais.

Objetivos Específicos	Documentos	Localização
Fazer um levantamento dos tipos de investimentos disponíveis no mercado financeiro para pessoa física.	Livros e artigos	UNESC
Caracterizar os perfis de investidores.	Livros e artigos	UNESC
Apresentar os possíveis riscos nos investimentos.	Livros e artigos	UNESC
Efetuar uma análise dos possíveis rendimentos dos investimentos apresentados.	Livros e artigos	UNESC

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2018).

3.4 PLANO DE ANÁLISE DE DADOS

Para a realização deste projeto, a pesquisadora utilizou planilhas do EXCEL para que pudesse ser efetuado os cálculos e verificar os rendimentos adquiridos a cada investimento analisado. Diante disso, foi elaborado a análise dos resultados. Estes resultados foram apresentados para que se pudesse atingir o objetivo geral e específicos da pesquisa.

4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Neste capítulo será apresentado os dados obtidos pela pesquisadora, onde foram analisados para atingir os objetivos desta monografia.

A pesquisadora utilizou como base de cálculo uma planilha no Excel para que pudesse efetuar as análises junto as informações coletadas na Instituição Financeira.

4.1 RESULTADOS DA PESQUISA

Os resultados apresentados a seguir foram obtidos através de uma simulação, onde foram simulados valores de R\$10.000,00 (Dez mil reais), R\$100.000,00 (Cem mil reais), e R\$1.000.000,00 (Um milhão de reais). Todos de acordo com o prazo de 36 meses, líquidos de IR e demais taxas de acordo com suas características.

Quadro 08 – Simulação de aplicação: R\$10.000,00 (Dez mil reais):

Prazo (em meses)	36
Valor a ser aplicado	R\$ 10.000,00
Selic Anual 2018	6,50%
Selic Mensal (70%)	0,37%
CDI(% a.a)	6,40%
CDI Mensal	0,52%

POUPANÇA	
Rentabilidade Bruta ao mês:	0,37%
TR mensal (média):	0,00%
Rendimento (em %) no período:	14,22%
Rendimento (em R\$):	R\$ 1.421,98
Patrimônio Total (em R\$):	R\$ 11.421,98
Rendimento ao ano	4,53%
Rendimento ao mês	0,37%

CDB	
Rentabilidade Bruta Mensal (como % do CDI):	80%
Alíquota de IR:	15,0%
Rentabilidade (em %):	13,91%
Rendimento (em R\$):	R\$ 1.381,08
Patrimônio Total (em R\$):	R\$ 11.381,08

Rendimento Líquido ao ano:	4,44%
Rendimento Líquido ao mês	0,36%

LCI ou LCA	
Rentabilidade Bruta Mensal (como % do CDI):	94%
Alíquota de IR:	0,0%
Rendimento (em %):	19,23%
Rendimento (em R\$):	R\$ 1.924,01
Patrimônio Total (em R\$):	R\$ 11.924,01
Rendimento Líquido ao ano:	6,04%
Rendimento Líquido ao mês	0,49%

Fonte: Elaborado pela pesquisadora. (2018)

De acordo com as simulações elaboradas, pode-se observar que a aplicação em CDB obteve-se uma atratividade menor em relação aos outros investimentos, tendo como rendimento o valor de R\$1.381,08 (Um mil trezentos e oitenta e um reais e oito centavos). A poupança ficou com rendimento intermediário, obtendo o valor de R\$1.421,98 (Um mil quatrocentos e vinte e um reais e noventa e oito centavos). Por fim, pode-se observar que investimento em LCI/LCA ficou em R\$1.924,01 (Um mil novecentos e vinte e quatro reais e um centavo).

Quadro 09 – Simulação de aplicação: R\$100.000,00 (Cem mil reais):

Prazo (em meses)	36
Valor a ser aplicado	R\$ 100.000,00
Selic Anual 2018	6,50%
Selic Mensal (70%)	0,37%
CDI(% a.a)	6,40%
CDI Mensal	0,52%

POUPANÇA	
Rentabilidade Bruta ao mês:	0,37%
TR mensal (média):	0,00%
Rendimento (em %) no período:	14,22%
Rendimento (em R\$):	R\$ 14.219,77
Patrimônio Total (em R\$):	R\$ 114.219,77
Rendimento ao ano	4,53%
Rendimento ao mês	0,37%

CDB	
Rentabilidade Bruta Mensal (como % do CDI):	80%

Alíquota de IR:	15,0%
Rentabilidade (em %):	13,91%
Rendimento (em R\$):	R\$ 13.810,80
Patrimônio Total (em R\$):	R\$ 113.810,80
Rendimento Líquido ao ano:	4,40%
Rendimento Líquido ao mês	0,36%

LCI ou LCA	
Rentabilidade Bruta Mensal (como % do CDI):	94%
Alíquota de IR:	0,0%
Rendimento (em %):	19,23%
Rendimento (em R\$):	R\$ 19.240,13
Patrimônio Total (em R\$):	R\$ 119.240,13
Rendimento Líquido ao ano:	6,04%
Rendimento Líquido ao mês	0,49%

Fonte: Elaborado pela pesquisadora. (2018)

De acordo com as simulações elaboradas, pode-se observar que a aplicação em CDB obteve-se novamente uma atratividade menor em relação aos outros investimentos, tendo como rendimento o valor de R\$13.810,80 (Treze mil oitocentos e dez reais e oitenta centavos). A poupança também ficou com rendimento intermediário novamente, obtendo o valor de R\$14.219,77 (Quatorze mil duzentos e dezenove reais e setenta e sete centavos). Por fim, pode-se observar que investimento em LCI/LCA ficou primeiro lugar novamente, com rendimento de R\$19.240,13 (Dezenove mil duzentos e quarenta reais e treze centavos).

Quadro 10 – Simulação de aplicação: R\$1.000.000,00 (Um milhão de reais):

Prazo (em meses)	36
Valor a ser aplicado	R\$ 1.000.000,00
Selic Anual 2018	6,50%
Selic Mensal (70%)	0,37%
CDI(% a.a)	6,40%
CDI Mensal	0,52%

POUPANÇA	
Rentabilidade Bruta ao mês:	0,37%
TR mensal (média):	0,00%
Rendimento (em %) no período:	14,22%
Rendimento (em R\$):	R\$ 142.197,67
Patrimônio Total (em R\$):	R\$ 1.142.197,67
Rendimento ao ano	4,53%

Rendimento ao mês	0,37%
-------------------	-------

CDB	
Rentabilidade Bruta Mensal (como % do CDI):	80%
Alíquota de IR:	15,0%
Rentabilidade (em %):	13,91%
Rendimento (em R\$):	R\$ 138.108,05
Patrimônio Total (em R\$):	R\$ 1.138.108,05
Rendimento Líquido ao ano:	4,04%
Rendimento Líquido ao mês	0,36%

LCI ou LCA	
Rentabilidade Bruta Mensal (como % do CDI):	94%
Alíquota de IR:	0,0%
Rendimento (em %):	19,23%
Rendimento (em R\$):	R\$ 192.401,36
Patrimônio Total (em R\$):	R\$ 1.192.401,36
Rendimento Líquido ao ano:	6,04%
Rendimento Líquido ao mês	0,49%

Fonte: Elaborado pela pesquisadora. (2018)

Por fim, esta última simulação trouxe novamente os mesmos resultados. O CDB novamente com o pior rendimento, de R\$138.108,05 (Cento e trinta e oito mil e oito reais e cinco centavos), a Poupança ficando em intermediário com rendimento de R\$142.197,67 (Cento e quarenta e dois mil cento noventa e sete reais e sessenta e sete centavos), e com o rendimento mais alto, a LCI/LCA, com seu rendimento de R\$192.401,36 (Cento e noventa e dois mil duzentos e setenta e sete reais e quatorze centavos).

De acordo com os dados apresentados nas simulações, pode-se observar que a Poupança não obteve o pior rendimento, mesmo sendo considerada a forma mais tradicional e que talvez pudesse obter menores rendimentos em relação a outras opções de aplicação.

O fato do CDB ter que deduzir o IR no momento do resgate, fez com que a Poupança e a LCI/LCA ultrapassasse seus rendimentos, pois estes investimentos estão isentos desta cobrança.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o aumento do interesse da população em ser poupador, sendo em curto a longo prazo, também cresce a procura de informações acerca dos investimentos disponíveis e bem como as suas características, seus riscos, e qual o retorno destes investimentos. Os bancos nos oferecem estes produtos e suas informações, para isso, a pesquisadora buscou trazer as informações para que o leitor pudesse entender suas funcionalidades.

O objetivo geral desta monografia foi a análise das opções de investimento no mercado financeiro de acordo com os seus rendimentos. Para isto, foram apresentadas as alternativas que estão disponíveis atualmente, bem como suas características, de acordo com os autores, conforme elaborado na fundamentação teórica.

O primeiro objetivo específico é a realizar um levantamento dos tipos de investimentos disponíveis no mercado financeiro para pessoa física, onde foi atingido no capítulo 2.7.1 ao 2.7.4, onde a pesquisadora utilizou livros, artigos, dissertações, buscando os conceitos de acordo com os autores possuem sobre estas aplicações.

O segundo objetivo específico é caracterizar os perfis de investidores, para que o leitor pudesse conhecer como funciona a análise do perfil investidor. Para isso foi utilizado o site do Banco do Brasil onde foi encontrado as informações necessárias para a pesquisa. Este objetivo foi atingido no capítulo 2.9.

O terceiro objetivo específico é apresentar os possíveis riscos nos investimentos, onde a pesquisadora buscou trazer as informações para que o leitor que tenha interesse de fazer algum investimento, saiba que os riscos existem, e possam ter um breve conhecimento acerca do assunto. Para isso a pesquisadora utilizou livros, artigos e dissertações, conforme os autores. Este objetivo foi atingido no capítulo 2.10.

O quarto e último objetivo específico é efetuar uma análise dos possíveis rendimentos dos investimentos apresentados. Onde a pesquisadora foi até uma agência bancária para buscar as informações referentes as taxas aplicadas para remunerar os investimentos, este objetivo foi atingido no capítulo 4, sendo feito simulações com o auxílio de planilhas do Excel, para poder efetuar os cálculos e verificar os rendimentos apresentados de cada aplicação.

Após elaborado as simulações dos investimentos, pode-se observar os rendimentos encontrados nas LCI/LCA tendo como os mais atrativos, mesmo sendo mais comum investir em CDB e Poupança, verificou-se que a longo prazo o CDB por possuir desconto de Imposto de Renda, acabou se tornando a opção menos indicada deste estudo.

Desta forma, a pesquisadora acredita que esta monografia teve sua contribuição para os leitores que possuem interesse em realizar investimentos, pois através deste estudo, pode-se obter algumas informações de suma importância antes de fazer uma escolha.

REFERÊNCIAS

ANDREZO, Andrea Fernandes; LIMA, Iran Siqueira. **Mercado financeiro: aspectos históricos e conceituais**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2007. 338 p.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001. 365 p.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 403 p.

BANCO DO BRASIL. Disponível em:
<[https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/voce/produtos-e-servicos/investimentos/analise-de-perfil-do-investidor#/> Acesso em: 23 de Agosto de 2018.](https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/voce/produtos-e-servicos/investimentos/analise-de-perfil-do-investidor#/)

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em:
<<https://www4.bcb.gov.br/pec/poupanca/poupanca.asp>> Acesso em 05 de Setembro de 2018.

BRUNI, Adriano Leal. **Certificação profissional ANBID Série 10 (CPA10)**. São Paulo: Atlas, 2010.

CAVALCANTE, Francisco; MISUMI, Jorge Yoshio; RUDGE, Luiz Fernando. **Mercado de capitais: o que é, como funciona**. 7. ed. rev. e atual Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. 395 p.

DUARTE Jr., A.M. (2005) **Gestão de Riscos para Fundos de Investimentos**. Pearson, São Paulo. 182 p.

DRUCKER, Peter F. **Prática de administração de empresas**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962.

FERREIRA, Rodrigo. **Como Planejar, Organizar e Controlar seu Dinheiro: Manual de finanças pessoais**. São Paulo: Thomson, 2006. 160 p.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro: Produtos e Serviços**. 15ª. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002. 624 p.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro: Produtos e Serviços**. 19ª. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2014. 624 p.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro: Produtos e Serviços**. 20ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 2015. 1096 p.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GROPPELLI, A. A.; NIKBAKHT, Ehsan. **Administração financeira**. 2.ed São Paulo: Ed. Saraiva, 2002. 496 p.

KASSIA, Lúcia. **Como cuidar do seu dinheiro**. Ed. Bei, 2004.

LAGIOIA, Umbelina Cravo Teixeira. **Fundamentos do mercado de capitais**. 3. ed São Paulo: Atlas, 2011. xvi, 245 p.

LIMA, F. G. **Um método de análise e previsão de sucessões cronológicas unidimensionais lineares e não lineares**. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo, 2004. 228 f. Tese (Doutorado em Administração). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade: Universidade de São Paulo, 2004.

LIMA, Iran Siqueira; LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco de; PIMENTEL, Renê Coppe. **Curso de mercado financeiro**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 417 p.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001. 275 p.

OLIVEIRA, Gilson Alves de; PACHECO, Marcelo Marques. **Mercado financeiro: objetivo e profissional**. São Paulo: Fundamento Educacional, 2006. 323 p.

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.
Disponível em:
<<http://www.previc.gov.br/>> Acesso em: 04 de Setembro de 2018.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS. Disponível em:
<<http://www.susep.gov.br/menu/a-susep/apresentacao>> Acesso em: 04 de Setembro de 2018.

TOLEDO FILHO, J. R. **Mercado de Capitais Brasileiro: uma introdução**. São Paulo: Thomson Learning, 2006, 106 p.

TOSCANO, Junior, Luis Carlos. **Guia de Referência para o Mercado Financeiro**. Ed. São Paulo, 2004.